

A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda*

RICARDO ABRAMOVAY (ENTREVISTA)

PARA O SOCIOLOGO Ricardo Abramovay, mais do que discutir quais são as propostas da direita ou da esquerda, a crise trouxe a “necessidade de se repensar a relação entre sociedade e natureza”. Segundo o pesquisador, a relação entre economia, sociedade e natureza “se faz de maneira evolutiva, colocando desafios inéditos e imprevisíveis que vão muito além da ideia de que o controle social e planejado dos grandes meios de produção e troca resume o que de mais importante existe num projeto emancipador”.

Dedicado ao estudos dos biocombustíveis, da sustentabilidade socioambiental e dos mecanismos de incentivo subjacente às políticas públicas de combate a pobreza, Abramovay defende a integração articulada entre sociedade e natureza numa mesma estrutura analítica. Para ele, muitos economistas de esquerda desconsideram esse fato e ignoram o debate ambiental, preocupados apenas com a ideia “que é necessário intervir para garantir o crescimento e a melhor distribuição de renda...”.

Em entrevista concedida por *e-mail* à *IHU On-Line*, o professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) argumenta que o desafio hoje “está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza”. Para ter um alcance expressivo, “isso precisa ser feito no quadro do fortalecimento da democracia, da valorização das instituições republicanas e não como manifestação especial de certas culturas nacionais e de certas etnias”.

Ricardo Abramovay é mestre em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e fez pós-doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales e na Fondation Nationale des Sciences Politiques, de Paris. É coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental (Nesa). É pesquisador da Fapesp e do CNPq e organizador do livro *Biocombustíveis: a energia da controvérsia* (Senac, 2009). Faz parte do Programa de Pesquisa Dinâmicas Territoriais Rurais do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp).

* Reprodução da entrevista concedida a Patrícia Fachin e publicada originalmente na revista semanal *IHU On-Line* (ano IX, n.287, 30 mar. 2009), do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (RS).

IHU On-Line – Qual é sua proposta para transformar as bases materiais e energéticas em que se exprime, como o senhor diz, o extraordinário aumento de renda do mundo contemporâneo?

Ricardo Abramovay – O sistema capitalista contemporâneo tem extraordinária capacidade de reduzir a pobreza absoluta. Em 1970, a fome atingia nada menos que 37% da população mundial. A cifra atual de um bilhão de famintos (evidentemente inaceitável sob qualquer aspecto) corresponde a cerca de 18% dos habitantes do planeta. Nos últimos dez anos, a proporção dos que vivem com menos de mil dólares por ano (calculado em paridade de poder de compra), ou seja, 2,75 dólares por dia, caiu de 30% para 17% da população mundial, segundo relatório da Goldman Sachs, publicado há alguns meses. No Brasil, já se tornou um lugar-comum a constatação de que um número próximo a vinte milhões de pessoas mudou para cima o andar dos que ocupam na pirâmide social, nos últimos cinco anos. Mesmo com a crise atual, essas tendências não serão revertidas. É o que explica, em grande parte, a pressão para que as metas relativas ao aquecimento global, por exemplo, não se restrinjam aos países historicamente responsáveis pelas atuais mudanças climáticas, mas sejam assumidas também pelos mais prósperos entre os países em desenvolvimento.

Pés de barro

Essa prosperidade tem pés de barro em dois sentidos. Em primeiro lugar, mesmo que em países como o Brasil a diminuição da pobreza seja acompanhada por certa redução da desigualdade, este não parece ser o caso de outros países em desenvolvimento (China e Índia, por exemplo), o que amplia de maneira assustadora as tensões sociais. Além disso, é impossível simplesmente promover a extensão para toda a humanidade daquilo que se consome hoje. Em 2000, se estimava que em 2007 haveria 600 milhões de carros e, em 2030, nada menos que 1,2 bilhão de automóveis, no mundo. Ora, em 2006 já havia 956 milhões e a estimativa atual é de dois bilhões para 2030! Existem, então, dois elementos que começam a ficar claros, a partir dessas informações. Eles não constituem proposta de alguém, mas, antes, um movimento amplo, difuso, descentralizado. O primeiro refere-se à pressão social cada vez maior em direção à mudança na matriz energética que caracteriza as sociedades contemporâneas. O segundo vai mais longe: trata-se dos próprios padrões de consumo que marcam o mundo atual. Inúmeros documentos internacionais e relatórios nacionais constataam que o padrão de consumo das sociedades contemporâneas é insustentável. Mas é preciso reconhecer que ninguém sabe exatamente como se alteram os padrões de consumo de uma sociedade, sobretudo quando as aspirações de consumo, decorrentes da pobreza secular, são tão grandes.

IHU On-Line – Quais são as propostas da esquerda frente à crise internacional?

Ricardo Abramovay – Em primeiro lugar, seria necessário saber precisamente de quem se está falando quando se pronuncia a palavra esquerda. Para muitos, a posição de esquerda consiste basicamente em defender a ideia de que são necessárias medidas heterodoxas e maior intervenção do Estado para garantir a volta ao crescimento econômico. No entanto, são cada vez mais expressivas, internacionalmente, as vozes que não vinculam a crise atual apenas à desregulamentação. Essas vozes procuram estabelecer algum tipo de vínculo entre os eventos recentes e o nível de consumo totalmente insustentável do mundo contemporâneo. Insistem, por exemplo, no fato de que, a partir de certo nível de abundância material, vai-se reduzindo a capacidade de o crescimento econômico propiciar bem-estar. O grande sociólogo britânico Anthony Giddens acaba de publicar um livro enfatizando essa crescente dissociação entre o aumento da riqueza e a real satisfação das necessidades humanas. É uma retomada do pensamento do próprio Marx a esse respeito: é estranha ao pensamento de Marx a ideia de que numa sociedade capaz de controlar racionalmente o uso de seus recursos produtivos, o crescimento econômico seja o objetivo central. Ao contrário, a superação do capitalismo, para ele, era uma forma de ultrapassar o predomínio da própria racionalidade econômica, de submeter a produção material às necessidades sociais, e não o contrário, como ocorre no capitalismo. Mais importante do que saber se são ou não “de esquerda”, o que chama a atenção é a convergência em torno da necessidade de se repensar a relação entre sociedade e natureza contida numa imensa quantidade de trabalhos recentes, de autores vinculados a correntes intelectuais muito variadas. Cito apenas três exemplos, além de Giddens: Thomas Homer-Dixon (*The upside of down*), Jonathon Porritt (*Capitalism as if the world matters*) e o recém-lançado livro de Thomas Friedman (*Hot, flat and crowded*), entre tantos autores capazes de fazer propostas cuja execução revolucionaria as bases materiais da sociedade contemporânea e cuja classificação no tabuleiro político como de esquerda ou direita soa completamente artificial.

IHU On-Line – Como a esquerda tem lidado com a questão energética e econômica? Para o senhor, a esquerda ainda não percebeu a relação existente entre essas duas questões?

Ricardo Abramovay – Gostaria de me opor a duas ideias muito frequentes, com relação ao que se chama de esquerda. A primeira é que não há diferença entre esquerda e direita. Claro que há. A crença de que a alocação dos recursos sociais será tanto melhor quanto menor a intervenção consciente e voluntária em sua organização é típica do pensamento de direita. E a ideia de que a inteligência humana é capaz de responder de maneira criativa, imprimindo sentido ao que fazem os homens na sua vida material, é um dos mais importantes traços humanistas que marcam a formação do pensamento de Marx desde seus célebres *Manuscritos de 1844*. Não há dúvida de que Marx exerceu fortíssima influência sobre alguns dos pensadores contemporâneos mais inovadores, como Amartya Sen, John Kenneth Galbraith ou sobre a crítica de André Gorz ao produtivismo

que marca as sociedades de hoje. A segunda ideia à qual gostaria de me opor, então, é a de que a questão ambiental e energética é estranha ao horizonte de Marx. Por um lado, é verdade que, em sua obra principal, o limite do capital é o próprio capital e nunca a natureza. É verdade também que matéria e energia só entram no estudo que faz Marx do capitalismo à medida que se convertem em valores. No entanto, Marx reconhece que o trabalho não é a única fonte da riqueza e, mais que isso, ele mostra que a produção pela produção, ou seja, o aumento da riqueza como meta independente da real satisfação das necessidades humanas, só pode ocorrer num sistema em que os indivíduos estão cada vez mais alienados, distantes do que fazem e do que produzem. De certa maneira (num horizonte resignado e não crítico como o de Marx), Max Weber também insiste nesse mesmo ponto em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Mas foi Georgescu-Roegen e seu discípulo Herman Daly que mostraram que o principal limite da ciência econômica está no fato de ela só poder lidar com matéria e energia sob a forma de preços daquilo que se vende e se compra. A mais importante renovação das ciências sociais contemporâneas está no esforço de integrar de maneira organicamente articulada sociedade e natureza numa mesma estrutura analítica: é o que faz a atual econômica ecológica e é o que muitos economistas de esquerda, voltados apenas à ideia de que é necessário intervir para garantir o crescimento e a melhor distribuição de renda, solenemente ignoram.

IHU On-Line – Alguns especialistas dividem a esquerda em duas: a que está no poder, representada pelos governos, e a que acredita no ecossocialismo, representada na grande maioria pelos movimentos sociais. Como essa esquerda que se preocupa com o debate ecológico pode se utilizar dessa bandeira e chegar ao poder, projetando assim um novo modelo de governo? O senhor vislumbra avanços nesse sentido?

Ricardo Abramovay – Talvez a divisão real não seja entre estar no poder e estar junto aos movimentos sociais. Carlos Minc não abandonou sua postura “ecolibertária” ao assumir o Ministério do Meio Ambiente. O avanço da democracia contemporânea vem permitindo a expressão inédita de movimentos sociais no poder de vários países. A trajetória de Barak Obama, nesse sentido, é notável: ele foi um militante ligado a alguns dos mais importantes movimentos sociais norte-americanos. Evo Morales e Rafael Correa também exprimem importantes movimentos sociais, da mesma forma que Lula. As novas constituições da Bolívia e do Equador incorporam demandas fundamentais destes movimentos.

Exercício do poder

Há, entretanto, dois problemas cuja solução ainda não está clara, nesse sentido. O primeiro é que, com frequência impressionante, o caráter universal, generoso, emancipador de muitas aspirações dos movimentos sociais convertem-se em modalidades mesquinhas, corporativistas e antidemocráticas de satisfação de necessidades de certos grupos. O recente atentado a direitos de opinião no Equador (denunciado por destacados membros da esquerda daquele país) e

a extrapolação dos direitos indígenas em expressões contrárias aos brancos na Bolívia são, nesse sentido, muito preocupantes. São situações em que a organização republicana e a própria democracia, longe de se afirmarem como direitos universais, passam a ser vistas, de forma inquietante, como expressões da chamada cultura dominante que seria afastada pelo poder e pela cultura supostamente populares. Permita-me citar trecho de um importante livro recente de Alain Touraine, *Um novo paradigma – Para compreender o mundo de hoje* (Vozes, 2006): “Não é raro que os movimentos sociais se degradem até se transformarem naquilo que é o contrário deles mesmos: afirmação comunitária, rejeição do estrangeiro ou do diferente, violências contra as minorias ou contra o que é chamado de heresia ou cisma. Isso se produz quando a ação coletiva se define pelo ser ou pelo ter que ela defende, e não por sua referência a um valor universal. Para que esta referência se forme, a condição primeira é que o ator ou o combatente reconheça em um outro esta ascensão em direção ao universal que ele sente em si mesmo. Quando o movimento de liberação nacional torna-se nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo, quando o feminismo se limita à supressão das desigualdades entre homens e mulheres, eles deixam de ser movimentos sociais e cedem à obsessão da identidade”.

O segundo problema com o recente avanço dos movimentos sociais em várias partes do mundo está na debilidade e na inconsistência do próprio projeto em torno do qual se organiza o exercício do poder. Na raiz desse projeto, encontra-se a ilusão de que crescimento econômico e políticas massivas de transferência de renda são as chaves para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo. Nosso maior desafio está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza. E isso precisa ser feito no quadro do fortalecimento da democracia, da valorização das instituições republicanas e não como manifestação especial de certas culturas nacionais e de certas etnias.

Esses dois problemas estão elaborados de maneira precária pelos movimentos sociais, estejam eles ou não no exercício do poder.

IHU On-Line – O que falta para a esquerda avançar no âmbito econômico, ecológico e social? É possível, nesse momento de crise, pensar num novo projeto de esquerda, revolucionário? Chegou a hora de pensar em uma profunda renovação prática e teórica?

Ricardo Abramovay – Sem dúvida: essa renovação está em curso, o que não significa que ela será necessariamente vitoriosa. A expressão “novo projeto de esquerda, revolucionário”, a meu ver, é contraproducente e estimula justamente o que os movimentos sociais têm de pior: a ideia de que eles precisam caracterizar-se pela permanente e radical diferenciação com relação a forças que não fazem parte de seu universo imediato. O resultado disso são os tão frequentes discursos em que assentados, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, agricultores familiares vão unir-se para promover mudanças radicais. Que esses

sejam atores decisivos, não há dúvida; no entanto, um projeto de mudança na maneira de organizar a relação entre natureza e sociedade passa por transformações decisivas na organização empresarial. E, como bem mostra o trabalho de André Gorz, não é mais possível imaginar que essas transformações decorrerão da expropriação das empresas pelo poder popular e do planejamento central. Um dos mais importantes desafios para um projeto de mudança social hoje está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado. O mercado não é a ficção científica exposta nos manuais de economia. Mercados são estruturas sociais e, portanto, funcionam com base em pressões sociais. Um dos maiores desafios às forças populares (que muitos movimentos sociais já compreenderam e do qual tiram conseqüências interessantíssimas) consiste em participar ativamente desse processo de reorganização empresarial e não apenas em concentrar suas demandas sobre o poder público. Nosso desafio não está apenas em circunscrever, delimitar e impedir a extrapolação do mercado em direção a domínios da vida social que não devem ficar sob seu domínio. Está também, e de forma cada vez mais decisiva, em que os movimentos sociais sejam protagonistas da maneira como os próprios mercados se estruturam.

IHU On-Line – Gorz foi um dos primeiros a profetizar a crise do emprego e chamar a atenção para a importante distinção entre trabalho e emprego. O senhor avalia que a crise é uma oportunidade para fortalecer as propostas de Gorz na perspectiva de valorização do trabalho?

Ricardo Abramovay – Certamente. Os programas brasileiros de transferência de renda têm um papel muito positivo nesta direção. Há forte indício de que uma de suas principais conseqüências está na eliminação de atividades que só existiam por se apoiarem em formas aviltantes de utilização e remuneração do trabalho. Hoje, no Nordeste do Brasil, as pessoas não são mais obrigadas a trabalhar por um prato de comida e isso é muito positivo. As transferências públicas de renda são modalidades embrionárias do que Gorz, de forma pioneira, e depois Rifkin e Van Parijs irão chamar de renda de cidadania. O desafio é fazer que essas transferências permitam fortalecer as sociedades locais, as formas de interação social que não se apoiam estritamente no trabalho assalariado e no mercado. Mas também as transferências de renda podem e devem dar lugar à formação de mercados dinâmicos ligados à vida social local. Há um fenômeno novo e muito importante aí que é a junção entre o fato de as pessoas viverem (de maneira saudável) cada vez mais e trabalharem durante um período cada vez menor de suas vidas. Quando se aposentam, muitos não querem permanecer ali onde estiveram durante sua vida ativa e decidem voltar a suas regiões de origem ou ir para áreas sem os problemas das concentrações metropolitanas. Parte da migração de retorno em direção ao Nordeste brasileiro dos anos 1990 e 2000 tem aí sua raiz. Essas pessoas com renda estão na origem de um dinamismo econômico cuja marca não é a competitividade globalizada e a oferta de bens industriais altamente sofisticados, e sim a satisfação de necessidades locais, ligadas potencialmente à valorização da cultura, da biodiversidade, à restauração,

aos esportes de aventura, ao turismo, à produção agropecuária de qualidade, à assistência aos idosos: são atividades econômicas mercantis, não globalizadas e cujo exercício só pode ser feito num ambiente marcado pela valorização do que a sociedade tem de melhor: seus atributos naturais, a qualificação profissional de seus habitantes e a construção de relações sociais de proximidade que se distinguem do que ocorre nas grandes metrópoles.

IHU On-Line – Alguns dizem que esse é o momento propício para pôr fim ao capitalismo. Outros defendem a sua reformulação. Para o senhor, qual é a saída adequada?

Ricardo Abramovay – Se colocar fim ao capitalismo é expropriar as grandes empresas e substituir o mercado pelo planejamento central, então eu gostaria de saber quais são hoje as forças políticas que expõem com clareza esse projeto para a sociedade. E se não é disso que se trata, então estamos mais próximos do que você chamou de “reformulação”. Mesmo que se conte com um segmento crescente de empresas cujo controle é exercido diretamente pelos trabalhadores em regime de autogestão, o fato de o mercado operar como mecanismo de alocação dos recursos sociais e de que a sobrevivência das empresas depende de sua eficiência em mercados competitivos faz que a organização empresarial tenha caráter capitalista. Mas é fundamental que essa constatação não dê lugar à posição conformista segundo a qual o mercado é uma caixa-preta, opaca, invisível e inacessível à pressão social. Ao contrário, a maneira como as empresas e o mercado se organizam depende, antes de tudo, daquilo que, com relação a eles, fazem as forças organizadas da sociedade. Nesse sentido, a reformulação não é uma tarefa menor à qual temos que nos conformar diante da impossibilidade de pôr fim ao capitalismo. A relação entre economia, sociedade e natureza se faz de maneira evolutiva, colocando desafios inéditos e imprevisíveis que vão muito além da ideia de que o controle social e planejado dos grandes meios de produção e troca resume o que de mais importante existe num projeto emancipador. Isso dificulta, mas torna certamente muito interessantes os desafios políticos e civilizatórios que temos pela frente.

Ricardo Abramovay: @ – abramov@usp.br / www.econ.fea.usp.br/abramovay/